

# Educação Financeira: Saberes Sobre Orçamento Pessoal e sua Utilização no Controle dos Recursos Financeiros

## Financial Education: Knowledge about Budget Personnel and its Use in the Control of Financial Resources

Thiago Sousa Silva<sup>ab\*</sup>; Israel dos Santos Passos<sup>b</sup>

<sup>a</sup>Universidade de Taubaté, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão e Desenvolvimento Regional, SP, Brasil

<sup>b</sup>Faculdade Pitágoras de Imperatriz, Curso de Administração, MA, Brasil

\*E-mail: thiagos@kroton.com.br

---

### Resumo

O objetivo deste artigo consiste em verificar de que forma a educação financeira contribui para o controle das finanças pessoais, fazendo um relato sobre o processo de ensino-aprendizagem no Brasil e seus principais pilares. Com base na teorização conceitual acerca da educação, analisar a inserção de noções sobre orçamento pessoal e finanças no contexto escolar. Para execução deste estudo, buscou-se a pesquisa bibliográfica a fim de se levantar informações teóricas fundamentais para contextualização do tema proposto. Sugere-se por fim uma reflexão acerca da Educação Financeira no país, de modo que ocorram, por parte dos entes responsáveis, políticas que fomentem a aproximação do aluno com a realidade, tendo como pressuposto o conhecimento acerca de orçamento pessoal.

**Palavras-chave:** Educação. Finanças. Orçamento Pessoal.

### Abstract

*The purpose of this article is to verify how financial education contributes to the control of personal finances, making an account of the teaching-learning process in Brazil and its main pillars. Based on conceptual theorizing about education, this study aimed to analyze the inclusion of notions about personal budgeting and finance in the school context. Literature research was carried out to raise theoretical information to contextualize the theme. A reflection on the Financial Education in the country is required by the entities responsible for showing the reality to the students.*

**Keywords:** Education. Finance. Personal Budget.

---

## 1 Introdução

A análise acerca da educação financeira nos países desenvolvidos e em desenvolvimento constitui marco estratégico em políticas de controle da economia mundial. As relações de consumo, vistas em um ambiente global, são marcadas pela forte expansão do capitalismo que impulsiona as necessidades constantes das pessoas para consumirem bens e serviços, em grande parte de forma exacerbada.

A população, diante da oferta destes produtos ou serviços, se depara com grandes campanhas mercadológicas, através de preços atrativos, disponibilidade de crédito e facilidade para compra. A indústria, por exemplo, produz à medida que visualiza a demanda por seus produtos e o quanto o cliente está disposto a pagar pelo que se oferta no mercado.

A economia de um país se sustenta à medida que se encontra um ponto de equilíbrio nesses fatores entre oferta e demanda. Porém, inúmeros problemas ocorrem no contraponto desta relação, quando se trata especificamente do consumidor.

A falta de orientação financeira, com atuação paralela junto à educação, tendo como público-alvo a criança, jovem e posteriormente o adulto sobre orçamento pessoal figura-se como um dos agravos que conduzem a ineficiência, em longo prazo, da gestão dos recursos próprios.

O estudo da educação financeira sob as opções de investimento, empréstimos pessoais ou poupança, e a apropriação de ferramentas de controle como o orçamento pessoal, constitui o principal objetivo deste artigo, de modo a descrever a atual conjuntura deste processo e os transtornos que a ausência deste elemento pode ocasionar.

Contudo, para o alcance do objetivo proposto, apresenta-se uma revisão de conceitos e definições embasadas a partir de decretos e leis acerca da educação e as políticas educacionais existentes no país, bem como revisões bibliográficas que enfatizam a temática da administração financeira para que seja possível uma melhor compreensão dessa abordagem.

Com base nessa perspectiva, serão contextualizadas e mencionadas a seguir as abordagens e características dos elementos que compõe as principais características das finanças, fazendo uma analogia entre sua utilidade tanto nas empresas, pela presença do administrador financeiro, como no âmbito pessoal em situações cotidianas.

## 2 Desenvolvimento

### 2.1 Metodologia

A metodologia adotada consistiu na revisão de literatura para conceituar e definir educação e administração financeira.

“A citação das principais conclusões a que outros autores chegaram permite salientar a contribuição da pesquisa realizada e demonstrar contradições ou reafirmar comportamentos e atitudes” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p.208)

No que tange às fontes, buscou-se livros, decretos, leis e artigos por apresentarem embasamento técnico e científico. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 1996, p.48). Obras de grande relevância e públicas permitiram a proximidade com visões diferenciadas acerca da mesma abordagem objeto de estudo.

De acordo com Gil (1996, p.50) “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisa diretamente”. Essa cobertura, por sua vez, contribuiu com a diversidade de autorias e referências acerca do tema em questão.

## 2.2 Educação no Brasil

A educação, como direito social assegurado a todos os brasileiros, em meados do fim do século XX experimentou avanços em sua estruturação. Em meio a estes aspectos, a principal grande conquista na Educação Brasileira consiste na promulgação da Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB aproximando o país das transformações sociais oriundas do fenômeno da globalização. Dentre as principais características, está a reformulação da educação infantil, ensino fundamental e médio (OLIVEIRA, 2007).

A organização da educação nacional está descrita no artigo 8º da LDB que diz: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino” (BRASIL, 1996).

Ainda sobre a LDB Oliveira (2007, p.117) salienta que “Expande o conceito de educação, vinculando o processo formativo ao mundo do trabalho e à prática social exercida nas relações familiares, trabalhistas, de lazer e de convivência social”.

Enquanto responsabilidade do Estado, o sistema educacional perpassa por fases, desde a fase infantil (5 anos de idade) à adolescência e preparação para a vida adulta (17 anos). Nos primeiros anos de vida, a criança está inserida em creches (até os 3 anos de idade) e pré-escola até o alcance dos 5 anos de idade, compreendendo o desenvolvimento em sua integralidade de habilidades psicossociais.

Sobre a educação infantil Oliveira (2007, p.170) destaca que:

[...] O novo conceito educacional para a educação infantil requer estruturas curriculares abertas e flexíveis. Isso envolve nova concepção de currículo, entendido como trajetória de exploração partilhada de objetos de conhecimento de determinada cultura por meio de atividades diversificadas constantemente avaliadas.

No que diz respeito ao Ensino Fundamental, que abrange cerca de 9 anos do processo de ensino-aprendizagem

iniciando-se a partir dos 6 anos de idade, o objetivo consiste na formação cidadã. A educação nesse âmbito se faz com a obrigatoriedade de conteúdos que trate sobre os direitos da criança e do adolescente, por meio de material didático adequado com base no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1996).

Por outro lado, o Ensino Médio, como parte final da educação básica, estabelece o mínimo de 3 anos e centraliza-se no aprofundamento dos conhecimentos adquiridos na fase anterior, possibilitando ainda maior abrangência com a inclusão de disciplinas como filosofia e sociologia, na busca pela preparação para o convívio social.

Nesse contexto, a inclusão de cursos profissionais específicos pode ser ofertada durante o exercício do Ensino Médio, conforme mencionado no artigo 36-A, parágrafo único, “A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional” (BRASIL, 1996).

A abrangência da LDB ainda regulamenta a educação profissional, o ensino superior e a Educação de Jovens e Adultos - EJA, de forma a unificar numa mesma redação todo o processo educacional do país.

### 2.2.1 Educação financeira

A educação financeira, nos últimos anos, tem sido tema de discussão em países desenvolvidos, como Estados Unidos e Japão. No Brasil, o despertar para esta temática se fortaleceu no ano de 2010 com o decreto presidencial nº 7397, de 22 de dezembro de 2010, sendo assim instituída uma Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF.

De acordo com o Instituto Data Popular (2008) em pesquisa realizada em Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador e Recife com cerca de 1.809 pessoas de diferentes rendas e níveis de escolaridade, verificou que a população brasileira possui conhecimento muito reduzido sobre educação financeira. Aspectos como hábitos de consumo e poupança, crédito, previdência, seguros, capitalização, dentre outros são abordados no estudo que demonstraram resultados positivos e negativos dentre estas variáveis.

Apesar de 1/4 dos entrevistados estar com restrições cadastrais na praça; de 44% terem pedido dinheiro emprestado nos últimos meses; e de três em cada dez pagarem apenas o valor mínimo da fatura do cartão quando a situação aperta, a maior parte dos entrevistados (52%) se autodenominaram ‘pessoas poupadoras’. A pesquisa também revela que 69% delas fazem alguma planilha para acompanhar os gastos da família e outros 66% guardam os comprovantes de suas compras (DATA POPULAR, 2008).

Dados da pesquisa demonstram que o brasileiro consegue ser contraditório no campo de suas atuações, à medida que realiza o planejamento financeiro, porém não o executa. Para o Instituto Data Popular (2008) o resultado é uma indicação positiva: existe uma percepção do que é certo e do que é

errado na hora de gastar o dinheiro. Na prática, contudo, ante a pressão das necessidades e urgências do dia a dia, essa percepção é prejudicada.

Fatores como estes, apresentados numa pesquisa quantitativa e qualitativa, remontam uma reflexão acerca do processo educacional no país, trabalhando aspectos de interação social que devem ser valorizados, não somente dentro do contexto sala de aula. Para Romanelli (2005) o educando sofre diversas influências durante o decorrer de sua aprendizagem sejam elas com a relação de proximidade com o docente e demais alunos, sendo esta responsável por transformar a sua realidade gradativamente.

De acordo com Frankenberg (1999), os indivíduos passam por algumas dificuldades na gestão financeira desde a sua infância, quando nesta fase da vida visualizam prosperidade ao se tornarem adultos pela supervalorização do dinheiro. Por outro lado, outros pensam em gastar tudo o que puderem no futuro, chegando a se tornar gastadores natos, pois a educação que tiveram contribui para esse fato, ocasionando assim, em grandes transtornos não somente para si, mas sobretudo ao país.

Sobre o fator educacional Romanelli (2005, p.237) assinala que: “[...] ainda que haja remota possibilidade de uma preparação feita pela escola, esta corre o risco de cair no vazio e tornar-se uma fórmula oca de fazer os educandos memorizarem regras de convivência social”. Nesse contexto, que a educação financeira torna-se perceptível como preocupação para o futuro de um país, de forma a orientar a criança até a vida adulta das variantes socioeconômicas na qual está inserida.

### 2.3 Administração financeira

Do ponto de vista das organizações, a administração financeira assume o papel de contribuir para a operacionalidade das ações, uma vez que esta é a “mola propulsora” para o desenvolvimento de projetos e atividades dos mais variados departamentos de uma empresa. O direcionamento dos recursos para os diferentes níveis e estruturas faz parte da gestão financeira.

O Administrador Financeiro assume a função de obter os recursos necessários e alocá-los da maneira mais eficiente possível. Para Gitman (2001, p.34) os “administradores financeiros gerenciam ativamente as questões financeiras de muitos tipos de negócios – financeiros e não financeiros, privados e públicos, grandes e pequenos, com ou sem fins lucrativos”.

O objetivo central do gerenciamento das finanças da empresa consiste em perceber as opções de investimento e financiamento no mercado, que possibilitam o controle do orçamento empresarial. De acordo com Braga (1995, p.232), é “uma bússola pela qual uma empresa pode manter-se tão perto quanto possível do curso traçado. Um orçamento compele os executivos a estudar seus problemas”. A observância dos fatores de atraem retorno ou que depreendem recursos são

essenciais para a manutenção positiva do saldo de caixa.

Sobre isso, Sobanski (1994, p.16) afirma que pelo “controle orçamentário, mede-se o que ocorre: os volumes reais de vendas, de produção, de materiais consumidos; os preços de vendas; os níveis dos custos, das despesas; a disponibilidade dos recursos, dos ativos, etc”. Através da administração financeira, pode-se obter resultados satisfatórios dos departamentos de produção ou vendas, por exemplo, sendo essencial em qualquer ramo de atividade, seja indústria, comércio ou serviços.

### 2.4 Gerenciamento das finanças pessoais

O sistema capitalista, que se caracteriza pela oferta de produtos e serviços e consumo pelos demandantes desses bens, figura-se como fator elementar o gerenciamento dos recursos pessoais. Assim como a empresa, que necessita controlar seus gastos, as pessoas, dado à escassez dos recursos e necessidades ilimitadas também precisam adotar-se de ferramentas que auxiliem neste controle de suas receitas financeiras.

De acordo com Gitman (2001, p.35), antes de fazer um grande investimento de capital, como a aquisição de uma casa ou um carro, é preciso avaliar se o custo inicial está dentro de sua capacidade de pagamento e determinar como vai financiá-lo. Ao analisar a possibilidade de compra de determinados bens e comparar com os proventos recebidos, as pessoas estão, de certo modo, gerenciando seus recursos.

A educação financeira obtida em algum âmbito social contribui para situações do cotidiano, sejam estas para a aplicação eficiente dos investimentos pessoais como para a melhoria da carreira profissional. Para Jordan, Ross e Westerfield (2000, p.38) “Hoje, por exemplo, quando você for trabalhar para praticamente qualquer tipo de empresa será questionado como prefere que seu fundo de pensão privado seja investido”.

Decisões de poupança e investimentos perfazem o dia-a-dia do consumidor. Aplicar algum recurso, não utilizado no momento, para resgate no futuro pode ser uma opção para ganhos reais em moeda corrente, por exemplo. Gitman (2001) afirma que a gestão financeira está presente em situações rotineiras de planejamento pessoal, seja na economia de recursos ou planos de aposentadoria (poupança) como na educação dos filhos (investimento para obtenção de retorno).

Entretanto, para que ocorra disciplina e haja o fiel cumprimento do que se pretende alcançar, cabe ressaltar a importância de se utilizar o planejamento financeiro. De acordo com Sobanski (1994, p.17) “Planejar-se para enfrentar imprevistos, quer se trate de acontecimentos com sérias repercussões, quer se trate de situações inesperadas de consequências pouco expressivas”.

Segundo Braga (1995), o planejamento é uma atividade que define de forma antecipada os seguintes aspectos:

- ✓ Estabelecimento dos objetivos e busca de onde se quer chegar;
- ✓ Utilização de uma maneira que desenvolva as ações

planejadas;

- ✓ Meios disponíveis em diversas variáveis como recursos tangíveis e intangíveis;
- ✓ Definição das etapas a serem seguidas, contemplando início, meio e fim das tarefas;
- ✓ Determinação dos agentes que irão executar o plano em questão.

As fases para aplicação das finanças pessoais permeiam etapas de planejamento, execução e controle, sendo esta última diretamente relacionada com a adimplência ou inadimplência junto ao mercado.

### 3 Conclusão

Observa-se que a educação no Brasil passou por transformações substanciais quando da reformulação em sua estrutura para atendimento de crianças, jovens e adultos. Em meio a essas mudanças, percebe-se que algumas disciplinas foram incluídas na grade curricular da educação básica, tais como Filosofia, Sociologia e, por exemplo, Música como uma das mais recentes. A LDB estabelece um sistema de ensino de acordo com as responsabilidades de cada esfera de governo, deixando alguns pontos em aberto, como a responsabilidade na oferta do ensino fundamental, que pode ser um acordo entre Estado e Município.

A educação financeira, como fator importante para o processo de ensino-aprendizagem, está sendo percebida somente a partir de 2010, com estudos acerca da temática por órgãos e instituições financeiras nacionais. Entretanto, ainda é uma política que atua de forma desconexa com a educação de base, cabendo orientação a critério das escolas em adotá-las ou não, o que demonstra certa flexibilidade para tal.

Sabe-se que, assim como as empresas que gerenciam seu capital, as pessoas necessitam de ferramentas de controle do próprio orçamento, através de técnicas e medidas que possam tornar esses indivíduos solventes no mercado. Estudos demonstrados neste artigo puderam explicitar que o brasileiro

possui uma disponibilidade para o gerenciamento do seu orçamento pessoal, sendo individual ou familiar, porém não dispõe de capacidade técnica ou não controla os impulsos diante da oferta de bens ou serviços.

Sendo assim, fica reforçado neste trabalho que a utilização de ferramentas de controle do orçamento pessoal é essencial não somente para o indivíduo, mas, sobretudo para a população em geral, devendo o governo controlar essas relações de consumo e diminuir entraves sociais como a inadimplência de consumidores.

Por fim, a educação financeira se faz necessária no contexto da educação de base, o que sugere que esta seja incluída na grande curricular dos alunos, de modo a preparar a criança para a vida social adulta de forma ética e responsável.

### Referências

- BRAGA, R. *Fundamentos e técnicas de administração financeira*. São Paulo: Atlas, 1995.
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília-DF, dez. 1996.
- DATA POPULAR. *A educação financeira no Brasil: relatório quali-quantitativo*. 2008.
- FRANKENBERG, L. *Seu futuro financeiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1991.
- GITMAN, L.J. *Princípios de administração financeira: essencial*. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- JORDAN, B.D.; ROSS, S.A.; WESTERFIELD, R.W. *Princípios de administração financeira*. São Paulo: Atlas, 2000.
- LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2010.
- OLIVEIRA, Z.R. *Educação infantil: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2007.
- ROMANELLI, O.O. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- SOBANSKI, J.J. *Prática de orçamento empresarial: um exercício programado*. São Paulo: Atlas, 1994.